

# EM BUSCA DE AVANÇOS TEÓRICOS ACERCA DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA: A CONTRIBUIÇÃO DO CIRIEC-BRASIL

Daniel Francisco Nagao Menezes<sup>1</sup>  
Leandro Pereira Morais<sup>2</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente texto, longe de se configurar um artigo “científico”, com o rigor requerido para tal, pode ser entendido como um ensaio que objetiva mostrar o processo histórico de institucionalização da economia social e solidária (ESS) no Brasil, constatando que este caminhar histórico levou à criação de instituições –empresendimentos solidários, organizações não governamentais (ONGs) e poder público – que têm natureza eminentemente prática.

Embora de um lado a práxis tenha um viés positivo de transformar a ESS em um movimento de base, tal questão deixou uma lacuna teórica sobre determinados conceitos utilizados, não existindo, portanto, uma “teoria” ou “doutrina” da ESS.

Buscando contribuir com esta lacuna, surgem instituições de pesquisa como o Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Coletiva (Ciriec-Brasil) – que será apresentado posteriormente – e que poderá servir como dinamizador de reflexões e debates que possam levar à construção de elementos teóricos e conceituais sobre o tema.

## 2 O SURGIMENTO DA ESS NO BRASIL

Na verdade, não existe consenso para a definição de ESS, seja em âmbito nacional, seja internacional. Em se tratando especificamente da economia solidária (Esol), para o caso brasileiro, o surgimento do conceito de Esol remete-se aos anos 1980, e ocorre a partir de inúmeras experiências de solidariedade econômica entre os trabalhadores. Em cada região do continente americano, a ESS encontra antecedentes longínquos e próximos,

---

1. Bacharel em direito. Mestre e doutor em direito político e econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor no Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Membro fundador do Ciriec – Brasil. *E-mail*: <nagao.menezes@gmail.com>.

2. Economista, professor-doutor de economia brasileira na Universidade Estadual Paulista (Unesp – Araraquara). Membro fundador do Ciriec – Brasil. *E-mail*: <lpmorais@gmail.com>.

a começar pelas formas autóctones pré-colombianas e pelos sistemas coletivos adotados pelos escravos libertos, cujo legado ainda não foi avaliado.

Essas raízes e configurações ancestrais, amplificadas pelos contrastes regionais e nacionais, torna discutível adotar uma única conceptualização, muito embora grande parte dessas vertentes tenha confluído para expressões da solidariedade que hoje se reconhecem como parte de um grande movimento social e político, cuja unificação estaria em desejável estágio de construção, mas ainda apresentando desafios consideráveis ao pensarmos nas cooperações entre países.

É fato que essas manifestações possuem como ponto central o fato de seus agentes adotarem como ideal a impossibilidade e a recusa de viver segundo os preceitos da economia capitalista concorrencial. Trata-se, em outras palavras, de um movimento de resistência histórica às consequências negativas do capitalismo concorrencial.

O Brasil não chegou a conhecer um associativismo semelhante ao europeu no século XIX, embora a vida comunitária tenha sido marcante em muitas regiões, e propostas autogestionárias de organização tenham ocorrido no movimento operário no início do século XX. Com exceções momentâneas, as tentativas dos trabalhadores de construir alternativas pela via associativa não lograram converterem-se em um movimento realmente classista, de contraposição à lógica do capital fundiário, comercial e industrial.

Contudo, permaneceram dependentes da estrutura econômica regional, da cultura dos trabalhadores em questão e dos espaços encontrados nas relações de poder.

Nas últimas décadas, especialmente após o governo populista das décadas de 1930 e 1940, do século passado, a economia brasileira teve menos oscilações que sua política. Uma população em franco crescimento demográfico, evadindo-se em grandes proporções para as cidades, deparou-se com a incapacidade de absorção pelo mercado formal de trabalho e com a falta de instrumentos para inserir-se estavelmente na economia formal.

Compelido a sobreviver de trabalhos próprios e de ocupações temporárias informais, esse contingente modificou a paisagem urbana, expandindo os bairros periféricos pobres (especialmente as favelas no Brasil) e convertendo a economia informal em um fenômeno de proporções consideráveis. A informalidade deixou de ser negligenciada apenas como um fato secundário da economia, ou como um elemento estrutural do exército de reserva da classe trabalhadora, devendo ser contida, por via da regulação jurídica, pelo Estado.

Porém, com perpetuação da incapacidade estatal de regulação e de enfrentamento, percebeu-se que a ESS colocava-se como estratégias mais amplas e que os setores populares eram capazes de se organizar e instituir novas frentes de mobilização. Em vários países, surgiram movimentos sociais nas periferias, lutando por moradia, serviços urbanos, renda e direito ao trabalho.

Iniciativas comunitárias multiplicaram-se e despertaram o interesse paulatino de organizações como as Igrejas, que passaram a organizar as denominadas comunidades de base, associações de moradores e uniões de produtores familiares, das quais surgiram, nos anos 1980, as primeiras experiências coletivas de geração de renda, germes da ESS em muitos países da América Latina.

Essa evolução faz com que a Esol no Brasil tenha um condão político mais intenso que na Europa, dado que suas iniciativas solidárias promovem a participação política, dinamizaram redes de cooperação, ampliando, também, a participação democrática nas comunidades em que se instalam. As práticas de autogestão, quando estendidas ao seu entorno, promovem a configuração de sistemas de reciprocidade e de espaços públicos de proximidade, criando uma cultura solidária.

Com isso, são introduzidas ferramentas de gestão democrática em espaços econômicos, criando, assim, instâncias mais amplas de interlocução entre os vários atores sociais e econômicos. É uma tarefa de projeção na esfera pública, de reivindicação e institucionalização, pela qual a ESS constitui-se como um movimento social atuante no cenário político e econômico do Brasil.

### **3 EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DA ESS NO BRASIL**

Na dimensão institucional, a ESS no Brasil, em seu sentido amplo, desembocou na criação de fundações e institutos por parte de grandes empresas privadas para desenvolver projetos sociais, assim como engendrou a constituição de organismos de representação, com raio de ação nacional e até internacional, como o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e o Instituto Ethos de Responsabilidade Social. Essas organizações desempenham papéis muito importantes em certos aspectos da ESS no Brasil, assim como mostraremos mais adiante. Voltaremos a abordá-las a seguir.

No campo do cooperativismo, nota-se, claramente, uma forte demarcação de dois grupos distintos. De um lado, colocam-se as cooperativas tradicionais que vão se transformar em verdadeiros conglomerados industriais, motores da “modernização” no país pela ampliação das exportações, sobretudo no setor agroindustrial. De outro, coloca-se o “novo cooperativismo” fomentado, de um lado, pelo forte dinamismo da sociedade civil, e, de outro, por programas governamentais específicos, como é o caso do Programa Comunidade Solidária e do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (Proninc).

Uma vez que a sociedade civil no país encontra-se em processo de mudança, novos atores surgem na cena política, lançando-se no espaço público, compondo alianças e promovendo novas configurações à ação coletiva. No momento, percebe-se uma intensa dinâmica no espaço público visto como um todo e, em particular, no terreno em que se movem as organizações da ESS. Essa pluralidade foi reconhecida pela Lei nº 9.790/1999, conhecida como marco legal do terceiro setor. A referida lei instituiu uma nova figura jurídica para organizações civis – a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), reconhecendo como tal tanto as antigas e novas ONGs quanto o setor da filantropia e as fundações empresariais.

Nesse contexto, com uma nova configuração no plano nacional e no plano internacional, um aparato legal em transformação e novos atores na cena institucional, a complexidade do campo da práxis da ESS é crescente. Assim sendo, novos desafios e perspectivas apresentam-se para os atores que dela participam, e, por conseguinte, refletem-se nos estudos que compõem um campo científico em formação, não menos complexo e heterogêneo.

Ganha destaque ainda a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), vinculada à época ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que surge em 2003, sob a influência de diversos atores sociais, no entanto, com destaque ao papel decisivo do economista e professor Paul Singer, e maior referência teórica sobre ESS no país.

Além dessas instituições, existem outras, nacionais e internacionais, instaladas no Brasil, que pensam e executam a ESS no país, tais como o Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo (CRCA) – Campinas/São Paulo –, Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS) etc. Destaque-se que, no Brasil, a ESS é muito mais prática do que teórica, o que se reflete também nas instituições de ensino e de pesquisa.

#### 4 CIREC-BRASIL

O Ciriec originalmente foi denominado como Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Coletiva (do francês Centre International de Recherche et d'information sur l'économie Collective), e é uma associação internacional sem fins econômicos fundada em 1947 pelo professor Edgard Milhaud – professor de economia francesa na Universidade de Genebra (Suíça). O professor Edgard foi o diretor-presidente até 1957. Atualmente, a sede do Ciriec Internacional encontra-se na cidade de Liège, na Bélgica.

Em 1908, Edgard Milhaud fundou a revista, então conhecida como *Annals of Collective Economy*, e criou o Ciriec para assegurar sua continuidade. Com a assistência ativa de amigos suíços, Milhaud manteve o Ciriec em Genebra até 1957.

A sede da associação foi então transferida para Liège (Bélgica) em 1957. O professor Paul Lambert tornou-se diretor do Ciriec e depois seu presidente. Após a morte de Paul Lambert em 1977, o professor Guy Quaden tornou-se diretor do Ciriec até 1990. Desde então, Bernard Thiry é o diretor-geral.

Pelo seu caráter internacional, fazem parte da instituição acadêmicos da Alemanha, da Argentina, da Áustria, da Bélgica, do Canadá, da Colômbia, da Espanha, da França, do Japão, de Portugal e da Venezuela. E, mais recentemente (a partir de 2015), o Brasil. Além de congregar acadêmicos, também tem como associados empresas públicas, cooperativas e instituições de mútuo – cooperativas de crédito, seguros e previdência privada, muito comum na Europa.

Como missão, o Ciriec busca, por meio da estruturação, da produção, da divulgação e do intercâmbio de pesquisas e estudos científicos, desenvolver e apoiar trabalhos acadêmicos voltados para dois temas:

- a) serviços públicos;
- b) economia social/solidária<sup>3</sup> e cooperativismo.

3. O conceito de Esol especificamente deve-se à importante contribuição do professor Paul Singer que esteve presente em nossas conferências internacionais. Seus trabalhos são de reconhecimento internacional. Esse conceito também é muito presente no contexto latino-americano. Assim, desde 2010 o Ciriec Internacional (assim como outras instituições internacionais, como a OIT) absorveu o conceito de ESS.

Ambos organizados em comitês científicos internacionais. Contribuem com esses comitês cerca de 150 especialistas ativos, tanto nas respectivas universidades, centros de estudos, cooperativas, quanto das empresas públicas, destacando, principalmente, as empresas de geração e distribuição de energia e água.

Para melhorar a divulgação e o compartilhamento das informações relativas aos temas supracitados, o corpo de especialistas colaboradores do Ciriec estruturou o Agora,<sup>4</sup> uma ferramenta interativa e colaborativa de conhecimento multilíngue.

Também, como esforço de divulgação das informações, o Ciriec, em conjunto com a Universidade de Liège, estruturou uma centro de documentação. O centro de documentação é aberto a todos os membros da Ciriec, mas também pesquisadores, professores, estudantes.

### 4.1 Ciriec-Brasil

O Ciriec-Brasil (denominação simbólica) tem como razão social Centro de Investigação e Pesquisa em Economia Pública e Social, e foi fundado em 13 de junho de 2015.

Participam do Ciriec-Brasil acadêmicos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Presbiteriana Mackenzie, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). São pesquisadores relacionados às áreas de economia e direito, principalmente.

O objetivo do Ciriec é promover a busca de informações, a investigação científica e a publicação de trabalhos sobre os setores e atividades que têm por finalidade o interesse geral: poder público, serviços públicos, empresas públicas, cooperativas, sociedades laborais, associações e outras formas de economia social.

Dentro desta missão, o Ciriec-Brasil organizará em 2017 a VI Conferência Internacional de Pesquisa sobre Economia Social e Solidária, evento internacional bianual que reúne os principais pesquisadores da área, colocando o Brasil no cenário internacional de pesquisa em ESS.

A partir do evento será possível consolidar um novo centro de pensamento e de formação sobre a ESS no Brasil, contribuindo não só na implementação e na consolidação de novos empreendimentos, como também na criação de massa crítica capaz de conhecer, classificar e mensurar a ESS.

4. Disponível em: <<https://goo.gl/TmyaRo>>. Acesso em: 27 set. 2017.

**Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

**Assessoria de Imprensa e Comunicação**

**EDITORIAL**

**Coordenação**  
Ipea

**Revisão e Editoração**  
Editorar Multimídia

**Projeto Gráfico**  
Aline Cristine Torres da Silva Martins

*The manuscripts in languages other than Portuguese  
published herein have not been proofread.*

**Livraria Ipea**  
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES – Térreo  
70076-900 – Brasília – DF  
Tel.: (61) 2026-5336  
Correio eletrônico: [livraria@ipea.gov.br](mailto:livraria@ipea.gov.br)



